



DIREITO A FALAR

O mundo da advocacia em discussão e análise, em parceria com a revista "Advocatus", com a participação de alguns dos principais "players" do Direito em Portugal.

Todas as quartas, às 23h

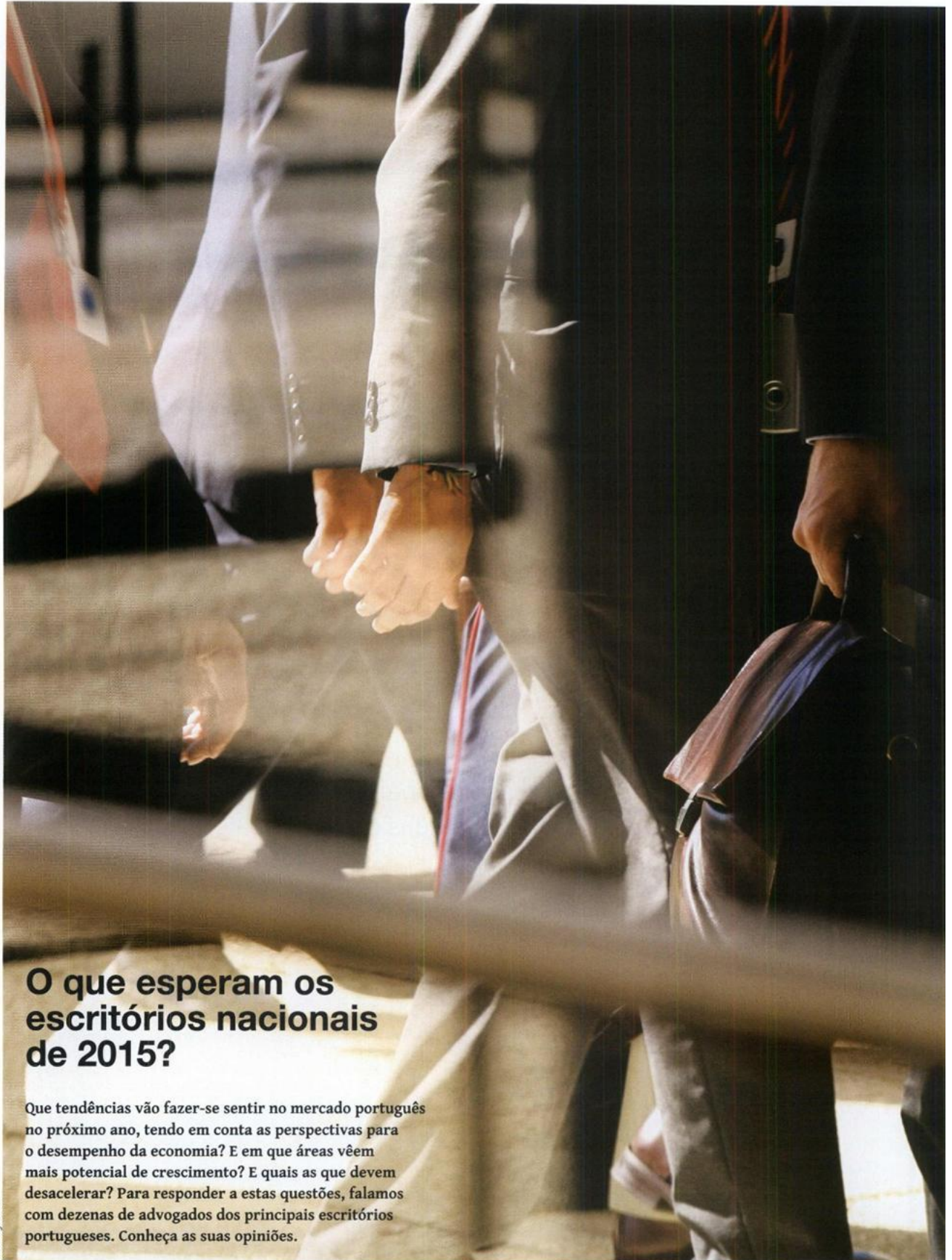
25
anos

Económico

Está onde você decide.



FÓRUM



O que esperam os escritórios nacionais de 2015?

Que tendências vão fazer-se sentir no mercado português no próximo ano, tendo em conta as perspectivas para o desempenho da economia? E em que áreas vêm mais potencial de crescimento? E quais as que devem desacelerar? Para responder a estas questões, falamos com dezenas de advogados dos principais escritórios portugueses. Conheça as suas opiniões.

Paulo Figueiredo

20

10ª EDIÇÃO QUEM É QUEM
SOCIEDADES PORTUGUESAS DE ADVOGADOS



Paulo de Moura Marques

Sócio Fundador da AAMM – Sociedade de Advogados

As perspectivas para 2015 para o mercado de advocacia não deverão representar uma diferença substancial face ao ano de 2014, na medida em que a economia continuará a sofrer os efeitos da austeridade, daí resultando um crescimento económico reduzido. Os sectores de advocacia que se relacionam com o sector público ou com actividades geradas a partir do sector público continuarão a ser as mais penalizadas, devido aos cortes orçamentais, e a situação de moderação de despesa pública e privada implica, necessariamente, que também sectores da economia de capital intensivo efectuem menos operações, daí resultando menos solicitações a advogados. Por outra parte, o reflexo da conjuntura – que só a espaços se desanuvia – cria um ambiente em que preponderam preocupações com manutenção de níveis de liquidez elevados, o que impulsiona um importante mercado de advocacia na área da recuperação de créditos, insolvências e reestruturações.

Em termos estruturais, creio que o mercado de advocacia continuará a sua tendência de especialização, pois os clientes pretendem concorrer para segurar os serviços de advogados especializados, de modo a maximizarem os seus ganhos potenciais. Nota-se de há alguns anos a esta parte, que os clientes exigem e inquiram sobre a experiência e especialização dos advogados, em especial os clientes de grandes operações, diversificando os advogados e sociedades com quem trabalham, conforme as especialidades que reconhecem nesses advogados ou sociedades. A advocacia é, também ela, cada vez mais exigente do ponto de vista técnico, obrigando o advogado a conhecer com profundidade a área de negócio do cliente e a estar próximo desse. A intensificação destas linhas de desenvolvimento é produto directo, estou convicto, dessa evolução do mercado.

Além de importantes operações singulares de privatização e de reestruturação, nos sectores dos transportes, energia e banca que poderão materializar-se em 2015, as áreas de contencioso público e privado continuarão com elevada procura, bem como as áreas relacionadas com questões laborais. Estou em crer que se continuará, também, a verificar uma crescente procura por serviços jurídicos de apoio à internacionalização da economia portuguesa, uma vez que a exportação é um dos factores mais privilegiados pela economia portuguesa para superar o momento interno. Vários sectores, como seja a construção e o imobiliário, que registaram contracção na economia interna, continuam pujantes em mercados externos e como tal a procura por serviços jurídicos relativos a essas áreas de prática, por referência a mercados externos, continuará elevada. Paralelamente, a existência de activos em condições favoráveis de aquisição em Portugal e um clima favorável ao estabelecimento de pessoas e empresas em território nacional continuará a alimentar um fluxo de serviços jurídicos afectos a essa captação de investimento.



Benjamin Mendes

Sócio Fundador da Azevedo Neves, Benjamin Mendes, Carvalho & Associados

O dinamismo do mercado da advocacia, em especial da advocacia de negócios, reflecte, naturalmente, o dinamismo e as tendências da economia e dos seus agentes. cremos que, face ao início de retoma da economia, assim como à dinâmica

que tem vindo a ser impressa em virtude da entrada de novos agentes económicos (estrangeiros), o mercado da advocacia tenderá a sair de um período de uma certa retração. Como tal, antecipamos o reforço das capacidades das sociedades e dos seus profissionais, mais direccionado e focado nas necessidades específicas de cada cliente, num cenário cada vez mais mutável e multijurisdicional.

talvez com maior acuidade, as sociedades de advogados terão de estar preparadas para enfrentar seis grandes desafios que passam por manter um elevado 'standard' em matéria de qualidade dos serviços prestados, desenvolver uma elevada capacidade de inovação, tanto nas soluções jurídicas como nos modelos de gestão; apostar num profundo conhecimento dos sectores e negócios de cada cliente; ter capacidade de oferecer assessoria integrada em diferentes jurisdições – quer numa vertente estritamente jurídica, quer numa vertente mais estratégica; adequarem correctamente os seus recursos à dimensão do mercado numa óptica de eficiência e simultaneamente de captação e conservação de recursos; e, por último, ter a capacidade de poder proporcionar qualidade de resposta e elevado nível de serviço num ambiente ditado por uma lógica de 'value for money', com pouca margem para ineficiências.

Neste contexto, estamos confiantes no futuro do mercado, uma vez que o posi-

cionamento da ABBC e a nossa história refletem um percurso sólido, sustentado e cada vez mais consolidado no sentido de podermos acrescentar valor aos nossos clientes e às comunidades em que estamos inseridos.

Ainda que os sinais sejam positivos, enfrentaremos ainda um ano marcado por alguns dos grandes desafios dos últimos três anos. Assim, prevemos que áreas como laboral, fiscal e reestruturações, relativamente às quais a procura de serviços jurídicos se intensificou nos últimos anos, mantenham o seu elevado nível de actividade. Por outro, registámos já em 2014 um aumento significativo nas áreas de M&A e financeiro, tanto em frequência de transacções como em dimensão – que prevemos não venha a sofrer abrandamento em 2015. Aqui, em especial, muito graças ao renovado interesse de investidores estrangeiros em explorar oportunidades em Portugal, como é o caso dos investidores asiáticos, mas não só. Neste particular, a associação da ABBC com a DLA Piper permite-nos estar na linha da frente à assessoria a grandes investidores estrangeiros em Portugal. Também o movimento inverso regista um novo ímpeto, pelo que certamente continuaremos a assessorar empresas nas suas operações de internacionalização para mercados actualmente mais dinâmicos ou de grande potencial, como são os casos de Angola, Moçambique e Macau, onde a ABBC tem associações exclusivas e de grande proximidade com sociedades de referência.

De igual modo, também a nossa área de imobiliário, que é tradicionalmente uma das áreas 'core' para a sociedade, tem vindo a registar uma retoma progressiva, após alguns anos de abrandamento. No mesmo sentido, também a prática relacionada com 'private equity' tem tido um aumento interessante e que deverá acentuar-se, tanto a nível nacional como internacional. O mesmo acontecerá com a prática de arbitragem, que vem ganhando terreno.



Duarte de Athayde

'Managing Partner' da Abreu Advogados

A economia portuguesa está a tentar recuperar, apoiando-se num controlo do orçamento de estado, na eficiência fiscal e nas exportações. Os grandes grupos económicos portugueses procuram novos mercados no estrangeiro, sobretudo em países de língua portuguesa. O investimento

estrangeiro regressa lentamente a Portugal, existindo oportunidades interessantes nas áreas das privatizações, dos activos desvalorizados e do imobiliário. Estão também a ser implementadas diversas iniciativas governamentais, particularmente concebidas para atrair pessoas com um elevado património líquido, sendo o caso do programa de "Vistos Gold" e o Regime Fiscal aplicável aos "Residentes Não Habituais". Os advogados têm um papel importante em todos os assuntos jurídicos relacionados com este tipo de investimentos. A redução da carga fiscal empresarial e individual também é essencial para a retoma económica.

Diversificar, investir no desenvolvimento de novos serviços, procurar oportunidades de negócio para clientes e, sobretudo, proporcionar bons investimentos aos clientes é sem dúvida o maior desafio mas é também a melhor garantia de sucesso. No entanto, sem olhar para fora, os grandes escritórios de advogados portugueses terão dificuldade em sobreviver com as suas estruturas actuais. Os países de língua portuguesa com economias emergentes constituem uma janela de oportunidade para a internacionalização dos advogados portugueses que não pode ser ignorada, seguindo a movimentação das grandes empresas portuguesas que apostam cada vez mais na exportação de bens e serviços.

No caso da Abreu Advogados, a nossa aposta de internacionalização é global. Ou seja, para além da presença nos países de língua portuguesa, desenvolvemos um trabalho consistente, desde há vinte anos, de estabelecimento de uma rede internacional de contactos mundial, através da relação próxima com diversos escritórios de advogados.

À semelhança de 2014, prevê-se que continuará a haver um aumento significativo em áreas como fiscal, contencioso, insolvência e cobranças de dívidas, designadamente na recuperação de crédito, insolvência e arbitragem, devido à pressão dos agentes económicos para a resolução de litígios decorrentes de incumprimentos a vários níveis. Prevê-se também algum crescimento nas áreas de Societário, fusões e aquisições, bem como na internacionalização.



Paulo Amaral Blanco

Sócio da Amaral Blanco, Portela Duarte & Associados

Para prever o ano de 2015 é necessário não ignorar, nem esquecer, o que se passou em Portugal nos últimos anos. Felizmente estamos já a falar em crescimento económico



FÓRUM

depois de anos de recessão que, vamos ser claros e objectivos, afectou e está a afectar gravemente muitos advogados portugueses. Mas há indicadores positivos para 2015 que é justo sublinhar, por exemplo, o programa de vistos "Gold" implementado por este governo obteve o melhor registo mensal no passado mês de Outubro, com a captação de mais de 126 milhões de euros de investimento estrangeiro, os números do turismo também estão a crescer e, melhor ainda, o desemprego está a diminuir o que, injectando em conjunto mais dinheiro na economia nacional, é bom para todos os sectores de actividade incluindo a advocacia.

Em consequência dos erros do passado, o país está "à venda", por isso a assessoria a fusões e aquisições por investidores estrangeiros poderá crescer mais. Paralelamente, o apoio a projectos de internacionalização de empresas portuguesas é outro vector com potencial de crescimento. Mas é urgente uma visão estratégica na relação de Portugal com os PALOP e com Angola em especial, designadamente uma reflexão serena sobre a possibilidade de criação de sociedades comerciais lusófonas, de capitais mistos, com um estatuto jurídico e fiscal específicos que, com vantagens recíprocas e sem complexos, permita o aprofundamento das relações económicas, naturalmente respeitando os compromissos com a Comunidade Europeia, mas salvaguardando as nossas relações históricas com os PALOP. Se aumentar o crescimento económico todas as restantes áreas de prática vão também crescer.



Bernardo Aguiar-Branco

Sócio da Aguiar Branco & Associados

Pre vemos que no próximo ano de 2015, o exercício de advocacia venha a ser mais seletivo, sendo mais bem remunerado o trabalho mais qualificado por contraposição a um certo aviltamento na remuneração do trabalho mais rotineiro e intensivo.

Verificar-se-á, também na nossa opinião, um potencial de crescimento de conflitualidade determinado quer pelas dificuldades financeiras das famílias (âmbito do direito penal, do direito do arrendamento e do direito do trabalho) quer pelo desaceleramento económico das médias empresas (âmbito do direito do trabalho, do direito comercial e das insolvências e revitalizações).

Noutro patamar, prevemos o crescimento da litigiosidade dos cidadãos e das empresas contra os órgãos do Poder Central, em consequência da intervenção conjuntural destes na actividade económica e financeira afecta ao sector privado. Finalmente, e porque é expectável que haja, apesar de tudo, um aumento das exportações do país, verificar-se-á um aumento de serviço na área dos contratos internacionais.

Também, no mesmo registo, será ocioso, e não temerário, prever um razoável investimento estrangeiro em Portugal com o conseqüente crescimento do serviço jurídico, na área das constituições, fusões, aquisições e transformações das sociedades comerciais e, com especial incidência, também, no domínio de fiscalidade.



Paula Albergaria Silva

"Managing Partner", M&A
Albergaria Silva & Associados – Sociedade de Advogados, RL

Vivemos uma fase em que as circunstâncias sofrem frequentemente mudanças, em especial, como vimos neste ano, na área económica. Ainda assim, o mercado da advocacia, e mais especificamente as sociedades de advogados vocacionadas para assistir as empresas nacionais e multinacionais, tem mostrado particular vitalidade no seu ajustamento às variáveis do mercado. Por isso, estamos optimistas em relação ao ano de 2015.

Ao nível do mercado interno testemunhámos o papel decisivo da actuação dos advogados assegurando a viabilidade e segurança das instituições promotoras ou incubadoras de novos negócios, assistindo de forma activa na reestruturação de empresas em dificuldades, criando uma mais valia para a manutenção e desenvolvimento do tecido empresarial.

Por outro lado, os empresários nacionais, condicionados por dificuldades do mercado interno, arriscaram o desafio da internacionalização, tendo algumas sociedades de advogados sido capazes de acompanhar o investidor nacional em mercados estrangeiros, e estabelecendo mesmo, em diversos casos, uma presença internacional permanente ou parcerias estáveis com sociedades de advogados de outras jurisdições.

Com a saída da 'troika', assistimos ao reforço da confiança dos investidores estrangeiros, ajudada pela abertura do financiamento bancário. A sua actuação



Paulo Figueiredo

nos diversos sectores da economia portuguesa, designadamente em sectores chave como o turismo e o imobiliário, criam importantes oportunidades reflexas de negócio para as empresas nacionais. Esses investidores contam com uma assistência especializada e integrada por parte dos seus advogados locais, permitindo-lhes definir as melhores estratégias de negócio em Portugal.

Estamos, como dissemos, optimistas em relação ao mercado da advocacia em 2015. Mas a retoma vai ser gradual e as sociedades de advogados vão ter que continuar a sua aposta na diversificação dos serviços que prestam e dos mercados em que operam, acompanhando a tendência do nosso tecido empresarial e encontrando mecanismos de ajustamento à realidade económica do nosso país.

Temos a expectativa de que 2015 será um ano de recuperação e de reforço da confiança em crescendo. O reavivar da economia portuguesa poderá ser sinónimo de surgimento de novas oportunidades e motivações nos diversos mercados e sectores em que os nossos clientes operam e solicitam a nossa assistência.

Esperamos que o regresso da aposta por parte do investimento estrangeiro faça movimentar e crescer áreas como as fusões e aquisições, e reestruturações empresariais, bem como o turismo e imobiliário, reforçando os primeiros indicadores que testemunhámos em 2014.

Creemos que se verificará também uma tendência de crescimento na área do contencioso, a que a situação da desagregação do Banco Espírito Santo não será alheia, que se tornará evidente já em 2015, mas que se prolongará com certeza nos próximos anos. Para essa tendência contribuirão também os mercados em crescimento da denominada África lusófona, onde o número de transacções em expansão parece igualmente traduzir o aumento de situações de contencioso.

Por outro lado, será expectável o recurso acrescido à mediação e arbitragem como meio alternativo à resolução de conflitos pela via judicial.

Apesar de tudo indicar que em 2015 as áreas de insolvência, processos especiais de revitalização, reestruturação com recurso a despedimentos colectivos e extinções de postos de trabalho, continuarão a ser recorrentes, é natural que estes segmentos venham a sofrer uma desaceleração motivada precisamente pelo tão esperado processo de reanimação económica e acréscimo de confiança nos diferentes sectores e mercados.



António Mendonça Raimundo
Sócio da Albuquerque & Associados

A nossa economia move-se neste momento entre tensões: se por um lado tem havido alguns sinais de vitalidade e de bom desempenho, a começar pela nossa saída do programa da 'troika', por outro lado temos visto surgir novos sinais de inquietude e de incerteza. A crescer a isto, o enquadramento geo-económico de Portugal, parceiros de que dependemos quer em termos de exportações, quer em termos de investimento, é de molde a aprofundar essas incertezas. No mercado da advocacia, portanto, as perspectivas são de se manterem as tendências que se têm vindo a verificar.

Apesar das incertezas que pairam sobre a nossa economia, nomeadamente não ajudada pelo enquadramento geo-económico de Portugal, sinceramente tenho esperança de que não haja, apesar de tudo, desaceleração de áreas de prática. Quanto às áreas de maior potencial de crescimento, deverão ser as fusões e aquisições e as reestruturações.



Miguel de Azeredo Perdigão
Sócio da Azeredo Perdigão

Embora seja sempre difícil e até arriscado nos dias de hoje realizar prognósticos, a experiência demonstra que o mercado da advocacia não é apático em relação aos ciclos económicos e é, inclusive, expressivamente influenciado pela actividade económica.

Com este enquadramento, considero como factor decisivo para 2015 a evolução do rating da Republica Portuguesa, absolutamente convencido que uma revisão em alta do nosso rating em 2015 irá gerar um clima de confiança na nossa economia e aumentar o grau de atractividade do nosso País em termos que os investidores internacionais poderão passar a considerar os activos portugueses na rota das suas opções de investimento (o que é extremamente relevante), designadamente para efeitos de aquisição de empresas a valores apetecíveis, o que pode, como confiadamente espero, estimular o mercado da advocacia em 2015.

Condicionado pela resposta a questão anterior, admito que áreas 'corporate' e comercial, na vertente de operações de venda de empresas e activos, registre um potencial de crescimento, superior, inclusive, às operações de M&A. As áreas de contencioso (inclusive o fiscal) manterão a sua tendência de crescimento reportada a 2014 e continuarão bastante activas.

A reprogramação dos fundos do QREN poderá permitir finalmente estimular a reabilitação urbana nos centros das nossas cidades, com um previsível aumento de apoio jurídico nesta área específica do imobiliário.

As áreas das novas tecnologias e a modernização das empresas nos sectores tradicionais (em especial na agricultura) irão provocar novas e inovadoras soluções jurídicas a que os advogados portugueses terão de saber responder.

Decorridos estes anos de forte crise económica que o nosso país atravessou, considero que as principais operações de reestruturação da empresas estão concluídas e, consequentemente, prevejo uma desaceleração no domínio das insolvências, do laboral/recursos humanos e das pendências judiciais com cobranças de dívidas.



Manuel Barrocas
Sócio Fundador da Barrocas Advogados

Creio que as expectativas serão melhores do que foi a realidade do ano de 2013, por exemplo.

No ano de 2014 notou-se uma melhoria apreciável, nomeadamente no mercado a que a minha firma está mais ligada, o mercado internacional.

Espero que o ano de 2015 ofereça ainda melhores possibilidades, mas tudo isso depende de vários factores que o nosso país só em parte controla. Recentes medidas de apoio fiscal ao investimento que o Governo aprovou e também o quadro comunitário 20/20 e, apesar de tudo, alguma vantagem que os países saídos de crises podem experimentar poderão, no seu conjunto, fundamentar um passo em frente.

As áreas de maior potencial de crescimento continuam a ser as transações internacionais e, eventualmente, uma melhoria no investimento estrangeiro. A arbitragem deve também continuar a crescer.

381452-1

www.upt.pt

Chegou o momento de reabrir o processo da sua formação.

DD

DEPARTAMENTO DIREITO

Formação Aplicada

Garantias Pessoais em Sentido Amplo (fevereiro 2015)

Curso de Preparação

Admissão ao Centro de Estudos Judiciários 26ª Edição (janeiro 2015)

Admissão ao Centro de Estudos Judiciários Ingresso nos Tribunais Administrativos e Fiscais (janeiro 2015)

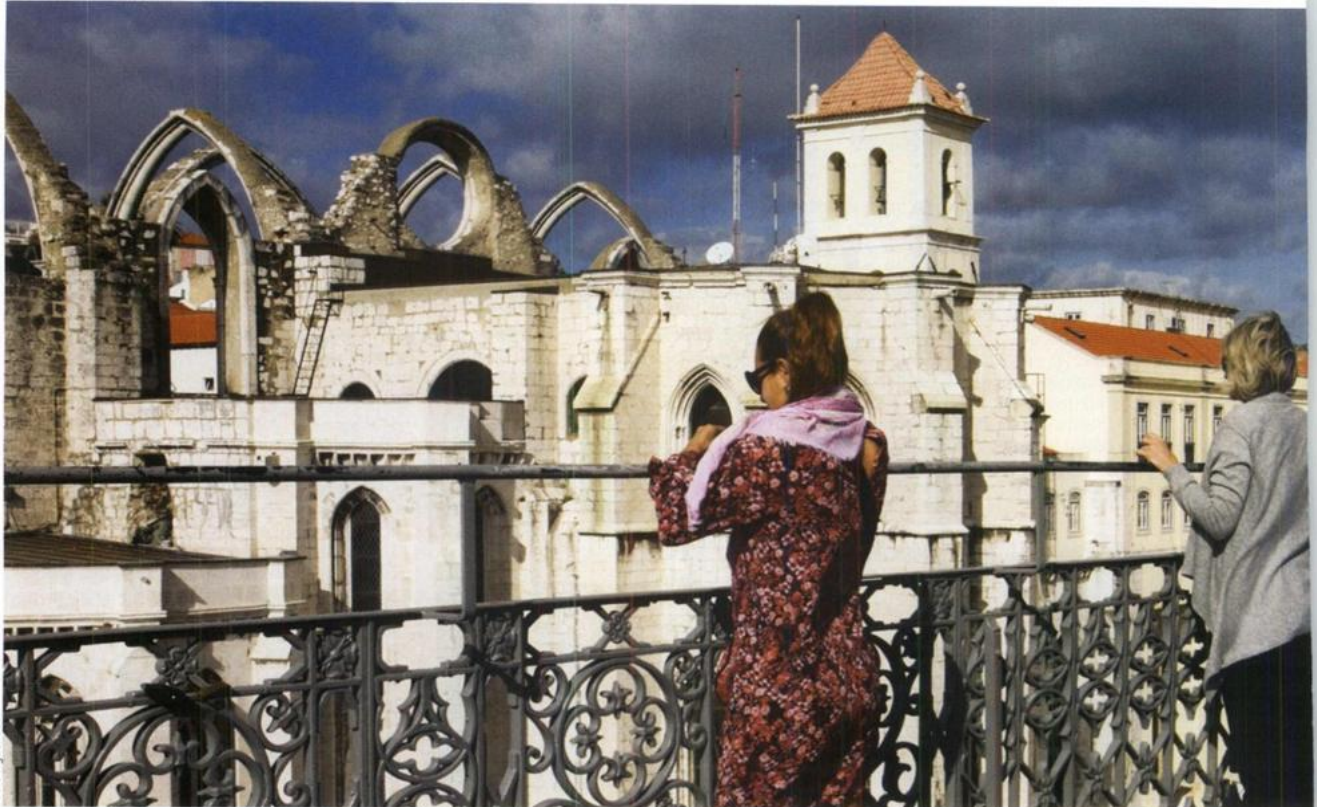
Gabinete de Ingresso

Tel. 225 572 222/3
Número verde 800 27 02 01
ingresso@upt.pt

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE



FÓRUM



Paulo Figueiredo



Estêvão Augusto Bernardino
Sócio Fundador da Bernardino Resende

É sempre muito positivo para todos os sectores de mercado que haja boas perspectivas e indicadores de crescimento económico e isso reflecte-se invariavelmente também no mercado da advocacia. No entanto, ao passo que se aumenta a carga fiscal, por via de novas taxas e impostos, o crescimento previsto pode não atingir o seu objectivo.

Salientamos os benefícios fiscais ao investimento, dando como exemplo a eventual redução da taxa de IRC de 23 % para 21 %, e a proposta para a isenção do pagamento de IRC, para as empresas em início de actividade, ou seja nos três primeiros anos de actividade.

Os clientes estrangeiros estão a ter a real percepção de que existem muitas oportunidades em Portugal, tanto em termos de imobiliário, como de fusões e aquisições como da criação de 'start-ups'. Há uma noção de que existem vários conjuntos de valores patrimoniais positivos de empresas e pessoas subavaliados e que Portugal é uma boa oportunidade de investimento.

Para complementar, a instalação do regime fiscal dos residentes não habituais, que permite aos estrangeiros beneficiarem de condições mais benéficas em termos fiscais que nos seus países de origem, reúne todas as condições para os operadores económicos compreender as qualidades de Portugal.

Quanto às áreas de prática que poderão registar um maior abrandamento na advocacia em Portugal, poderei mencionar, em minha opinião, como exemplo as áreas do direito público e administrativo, bem como o direito bancário e financeiro, tendo em consideração a actual insuficiência no financiamento bancário e do crédito imobiliário.



João Caiado Guerreiro
'Managing Partner' da Caiado Guerreiro & Associados

Creio que 2015 vai ser um ano dentro daquilo a que estamos habituados. Será melhor de que 2015 mas não excelente. O mesmo deverá acontecer com a advocacia. A economia vai possivelmente beneficiar da baixa do preço do petróleo e do investimento trazido pelo Regime dos Residentes Não Habituais e pelo Golden Visa, que deverá ajudar também outros sectores da eco-

nomia. Espero também que os negócios continuem a ter movimento. Na Caiado Guerreiro continuaremos a de forma rigorosa e criativa, procurar criar valor para os nossos clientes com a nossa intervenção. Esperamos também que a actividade internacional continue a ter um peso muito significativo na nossa actividade. Esperamos mais crescimento da nossa actividade no estrangeiro que em Portugal. Ainda assim, cremos que 2015 será melhor que 2014 e que continuaremos a crescer.

Creio que o investimento estrangeiro, particularmente nas áreas que referi, vai continuar a trazer bastante trabalho. Julgo que as áreas que vão continuar a ter crescimento estão ligadas aos países lusófonos, e também actividade internacional em países fora do círculo da língua portuguesa. O contencioso deverá continuar a crescer, e a arbitragem, nacional e internacional, onde a Caiado Guerreiro tem um envolvimento muito forte, deverá continuar com forte dinamismo. A área fiscal, incluindo o contencioso fiscal, também deverá crescer. Comercial e Fusões & Aquisições deverá ter maior actividade mas de forma moderada. Acredito que as reestruturações se mantenham ao mesmo nível, já que ainda há muito por reestruturar em Portugal. Pode mesmo dizer-se que já se reestudou muito e que falta fazer mais do que já se fez. De um modo geral, esperamos crescer em todas as áreas de direito, como aconteceu em 2014. Julgo que 2015 será um bom ano.



Martim Menezes
Sócio da CCA Ontier

O ano de 2015 será positivo, comparando com os mais recentes, se bem que possamos considerar o ano de 2014 já como razoável para as sociedades de advogados, mas muito difícil para advogados em prática individual, tendência que se deverá manter.

Em relação à economia é de esperar alguma retoma do consumo, o levantamento da pressão fiscal sobre as empresas e a melhoria do investimento nacional e internacional. Conforme tem sucedido nos anos mais recentes, a capacidade de gestão, a antecipação de tendências, a inventariação de oportunidades e o manter das equipas focadas e flexíveis será muito importante. Cada vez mais há que tomar decisões e implementar. Avaliar, voltar a decidir e implementar em ciclos muito curtos. O "desaparecimento" do BES e os seus efeitos, pelo menos a curto prazo, bem como os maus resultados em geral da Banca Portuguesa devem manter o crédito escasso e caro.



Pensamos que o contencioso, M&A, imobiliário e fiscal serão áreas que poderão registar maior crescimento real. Por outro lado, prevemos que o tipo de demanda no laboral se poderá tornar mais complexo mas de menor volume até pelo desenvolvimento de competências próprias nas empresas originado pelo cortar da contratação de serviços externos.



Francisco Xavier de Almeida
Sócio da CMS Rui Pena & Arnaut

As perspectivas de crescimento para a economia portuguesa nos próximos anos não são muito animadoras mas de acordo com as previsões mais recentes do Banco de Portugal acentua-se a tendência de crescimento que se começou a verificar durante o ano de 2014 (com projeções de crescimento de 0,9%, 1,5% e 1,7%, respectivamente, em

2014, 2015 e 2016), tendência que também se verifica na zona euro e de forma mais acentuada nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Não obstante alguns desafios difíceis, designadamente a necessidade de contrariar a descida da taxa de inflação para evitar a criação de fenómenos de deflação, que não são fáceis de contrariar uma vez instalados como se verificou no Japão nos últimos anos, estamos otimistas quanto ao desempenho da economia portuguesa (e também da zona euro), o que certamente terá um impacto positivo no mercado da advocacia com a criação de novas oportunidades de trabalho de forma transversal para várias áreas de prática.

Antecipamos um aumento do investimento estrangeiro e doméstico, motivado pelo melhor desempenho da economia e por um aumento dos financiamentos concedidos às empresas (em Portugal também com o apoio do chamado Banco de Fomento criado recentemente e que tem como desafio a dinamização económica das pequenas e médias empresas) pelo que vemos potencial de crescimento nas fusões & aquisições, projetos, financiamentos, etc., o que vai dinamizar áreas que foram mais afetadas pela crise dos últimos anos. O reverso da medalha, em nossa opinião, far-se-á sentir em áreas de prática que estiveram muito activas durante a crise como, por exemplo, a área de reestruturação e insolvência, uma vez que é expectável que a melhoria das condições internas, bem como dos mercados para onde exportamos, ofereçam novas oportunidades de negócio para as empresas, possibilitando o crescimento e a criação de novos postos de trabalho (o que também já estamos a assistir com a descida da taxa de desemprego e do número de empresas que têm vindo a ser declaradas insolventes).



Pedro Garcia Correia
Sócio da CSA - Correia, Seara Caldas, Simões e Associados

A advocacia portuguesa tem vindo a debater-se, não só de modo reflexo, com os problemas criados pela conjuntura económica adversa, mas também com uma crise de identidade: hoje (e mais do que nunca), não existe uma só advocacia, mas múltiplas advocacias e, com prejuízo, todas elas estão "de costas voltadas": é a advocacia das sociedades de advogados de grande / média dimensão; a das pequenas sociedades de advogados; a dos advogados em prática isolada; a dos advogados de empresa e a do apoio judiciário. Isoladamente consideradas são, todas e cada uma, expressão legítima do exercício da advocacia; mas, quando observadas como parte dum todo, à luz duma classe profissional que (a bem do cidadão, da sociedade e do Estado de direito) se quer de prestígio e de excelência, encontramos uma realidade espartilhada, uma classe profissional desunida, sem objectivos comuns, socialmente desprestigiada. Uma das principais causas desta crise é a inexistência duma Ordem agregadora, capaz de pensar, em conjunto, a advocacia, no seio da advocacia e longe do ruído da praça pública. Por outro lado, a massificação do acesso à profissão, a volatilidade crescente do ordenamento jurídico (que urge travar), a "substancialização" do Processo Civil e o maior grau de exigência por parte da clientela obrigam, de forma inelutável, à especialização dos advogados numa ou duas áreas do direito. Mais, a globalização do mercado e da economia, catapultada pelas novas tecnologias, obrigará, ainda, à internacionalização dos serviços jurídicos, quer por via da extensão territorial, quer por via da criação de parcerias com outros advogados ou sociedades de advogados; em suma, a especialização e a internacionalização constituem, a par do absoluto respeito pelas regras deontológicas, o kit de sobrevivência para uma advocacia de excelência e socialmente prestigiada.



Gonçalo Areia
Sócio da CRBA

2015 será mais um ano desafiante para a advocacia em Portugal, que manterá a sua "luta pela relevância" na sociedade e na realização da justiça. É o corolário da má resposta que o sistema judicial dá a quem o procura, com a sua complexidade, custos e morosidade, situação que em 2015 não deverá ser alterada, face a uma reforma do sistema que (não discutindo aqui os seus méritos) teve erros de implementação evidentes.

Na CRBA, o ano de 2015 anuncia-se estável, com a manutenção dos principais indicadores de gestão e sem alteração relevante nas solicitações dos clientes nas várias áreas de atuação. Na CRBA assistiu-se mais a uma mudança do tipo de serviços jurídicos solicitados do que a alterações relevantes no equilíbrio das várias áreas de atuação jurídica da sociedade.

Ainda assim, a ténue retoma económica que se deverá manter em 2015 não deixará de acentuar os efeitos já sentidos na CRBA de recuperação nas áreas de atuação mais próximas do investimento, como é o caso do direito público, em paralelo com uma previsível estagnação em algumas áreas do contencioso, como a recuperação de crédito e as insolvências.



Diogo Perestrelo
'Managing Partner' da Cuatrecasas Gonçalves Pereira, RL

Temos boas perspectivas para o próximo ano, em que prevemos o terceiro ano consecutivo de crescimento para a nossa sociedade em Portugal depois de 2013 e 2014, eventualmente até com um crescimento mais significativo comparando com os anos mais recentes. Pensamos que o ano de 2015 pode vir a ser de crescimento para as áreas de M&A, capital de risco, financeiro, fiscal, contencioso e arbitragem (cível e penal) e mais estável para as restantes áreas.

Teremos de continuar muito focados nas atividades e oportunidades dos nossos clientes e em dar-lhes um serviço de alto valor acrescentado. Os problemas são cada vez mais complexos e multidisciplinares e o nosso compromisso e foco nos interesses dos nossos clientes permite-nos estabelecer uma relação de confiança e de longo prazo com cada um deles.



FÓRUM



Eduardo Paz Ferreira

Sócio Fundador da Eduardo Paz Ferreira & Associados

Creio que o melhor que se pode esperar é que 2015 nos traga uma estabilização do mercado. Não se podendo prever uma significativa recuperação da economia no seu conjunto, vejo com dificuldade que o mercado da advocacia conheça melhoras significativas, ainda que as situações de crise, por vezes, conduzam a um maior recurso aos advogados. Seria bom, por outro lado, que os responsáveis pelas decisões económicas e financeiras prestassem mais atenção ao apoio jurídico, não cedendo às sereias que tentam levá-los para o campo da indiferença ao Direito. Aos advogados cabe um papel decisivo para a afirmação do direito e exige-se-lhes um esforço para proteger especialmente aqueles que têm menos meios e são mais afectados pela crise. Permita-se-nos também esperar que o CITIUS estabilize e que mais desagradáveis incidentes deste tipo não venham prejudicar o trabalho dos advogados e o bem-estar da sociedade. O Direito Fiscal deverá continuar a ser uma área de crescimento. O clima económico conduziu a um aumento da conflitualidade entre administração tributária e contribuintes, que deverá persistir. Por outro lado, a crescente complexidade da legislação tributária, o "complicómetro", de que nos fala Manuel Faustino, a propósito do Orçamento para 2015, suscita dúvidas que não se cingem ao mero plano contabilístico. Outras áreas potenciais de crescimento são a litigiosidade económica, que vai sempre de par com situações de crise e que acontecimentos como a derrocada do BES potenciarão ainda mais e, nesse contexto, a área da criminalidade económica também irá crescer. Em tempos de crise, inevitavelmente também a criminalidade sobe. Do outro lado do espelho, a contratação pública será, ainda, uma área sacrificada e toda a actividade societária manterá um perfil um tanto anémico.



José Luís Esquivel

Sócio da Esquivel e Associados

Considerando a advocacia em geral considero que 2015 será um ano que trará maior estabilidade ao mercado da advocacia, na medida em que os efeitos de recuperação económica que se anuncia para a economia portuguesa, mesmo sendo reduzida, implica necessariamente investimento e confiança e estes elementos, de uma maneira ou de outra, acabam por gerar transacções e negócios. No nosso caso, como somos um escritório muito focalizado na montagem e assessoria de projectos em ambientes regulados (transportes, turismo, saúde, ambiente, imobiliário e outros) e estamos optimistas pelos indicadores que vamos recebendo de alguns clientes que, operando já no mercado português ou estando a aguardar uma oportunidade para entrar no mesmo, estão interessados e têm já planeados vários investimentos significativos. Em termos de áreas de prática, e sendo sempre incerta qualquer previsão, acreditamos que a área de projectos, designadamente nos sectores do turismo, dos transportes e do imobiliário, poderão conhecer um crescimento importante. Tendo em conta a previsão de algumas operações económicas anunciadas, designadamente pelo Governo até ao final da legislatura, poderá existir um crescimento da área de fusões e aquisições e do investimento estrangeiro. Será também interessante acompanhar o processo de internacionalização que algumas empresas portuguesas continuam, num esforço louvável que deveria ter maior apoio, a seguir e que tem gerado trabalho na área do direito fiscal, do direito do trabalho e da arbitragem. Olhando para a realidade do nosso escritório não estimamos desaceleração nas áreas que praticamos.



João Espanha

Sócio Fundador da Espanha e Associados

À semelhança dos anos mais recentes, incerteza e pessimismo. O adiamento das reformas estruturais e o peso do Estado na economia, com a crescente tendência para resolver os problemas orçamentais pelo lado da receita (vidé a fiscalidade verde), continua a travar a recuperação da economia, e nem o facto de se tratar de um ano de eleições permite ter uma visão positiva. É certo que há umas migalhas a explorar, como é o caso dos Golden Visa e do regime dos Residentes Não Habituais e que, por essa via, poderá haver alguma recuperação no sector do imobiliário. Mas uma andorinha não faz primavera, e para as sociedades de advogados que se pretendem empresas de prestação de serviços jurídicos, uma economia anémica é sempre uma má notícia. As PME continuam a encerrar as suas portas, as grandes empresas continuam a contrair custos e a adiar operações, as "reformas" fiscais não são a panaceia que se

pretende, os Tribunais continuam a funcionar mal. E o impacto dos desastres BES e PT já começa a fazer-se sentir!

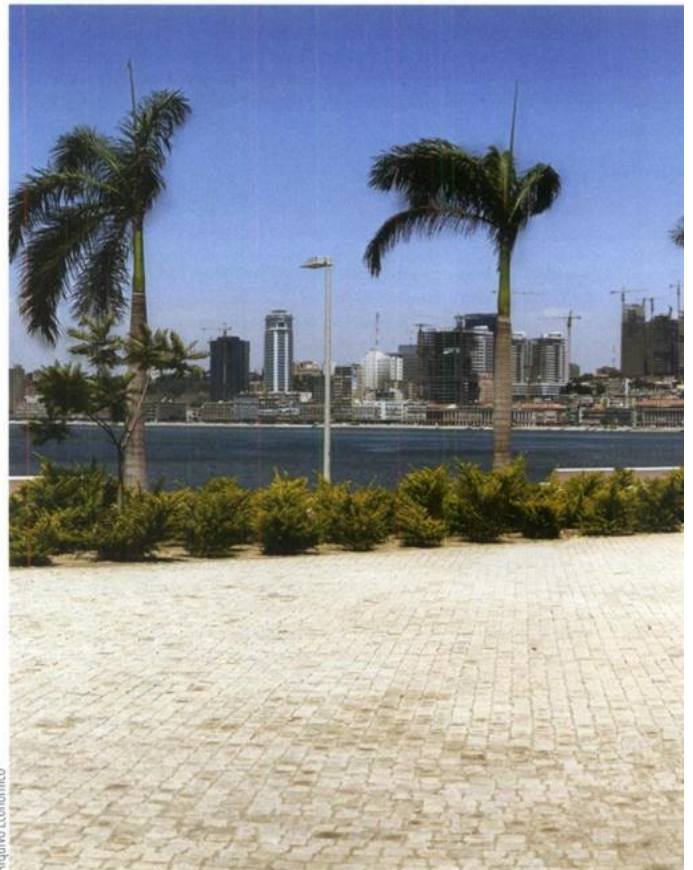
Não é a sobrevivência que está em causa: há, hoje como ontem, nichos a explorar, novos sectores da economia a precisar de apoio jurídico, zonas de especialidade onde negócio sempre haverá. Mas, ao contrário de alguma propaganda mais ou menos bondosa, tudo indica que 2015 vai ser mais um ano de estagnação da economia; assim sendo, mesmo tendo em conta que as empresas e os empresários já interiorizaram que o que vivemos já não é uma crise, outrossim a nova realidade em que nos movemos, as expectativas para o mercado da advocacia não podem ser boas.

O fiscal e o laboral continuarão, pelas piores razões, a ser áreas onde o trabalho não faltará.

O imobiliário poderá ser a estrela de 2015, desde que a habitual ganância dos portugueses não desacredite um mercado em formação com as iniciativas do Golden Visa e do regime dos Residentes Não Habituais. Este último, em particular, pode revelar-se muito interessante, pois convida para Portugal cidadãos de todo o mundo e da Europa em particular, muitos ainda em idade activa e com diferentes experiências empresariais – pelo que há aqui um potencial reprodutivo que vai muito para além do mero tratamento do processo de aquisição do estatuto e/ou do arrendamento ou aquisição de casa própria.

Quanto a áreas que irão desacelerar, é difícil dizer – está tudo tão paradinho! Mas a incerteza em redor das eleições legislativas pode travar tudo o que se relacione com o desenvolvimento das empresas (logo, 'corporate', societário e M&A), e pode mesmo impedir que o imobiliário recupere.

Esperemos que assim não seja e que haja, da parte dos principais actores políticos, um compromisso de estabilidade legislativa – da qual todos precisamos para trabalhar.



Arquivo Económico



Teresa Silva

Sócia da João Pedroso e Associados

A confirmarem-se as perspectivas de retoma económica acreditamos que a advocacia acompanhará esse crescimento, ainda que de forma moderada e nunca de forma exponencial como aconteceu em décadas como as de oitenta e noventa, em que na equação da procura do conselho de um advogado não entrava o factor "custo". Hoje em dia,

principalmente em áreas do direito privado, muitas famílias ponderam o custo/benefício da procura do advogado.

Actualmente, e fazendo fé na retoma económica, as áreas com potencial de crescimento são, sem dúvida, as do direito empresarial e societário, o direito fiscal e o do investimento internacional (principalmente nos mercados emergentes de África e Ásia). Assistiremos a uma desaceleração do direito da insolvência e recuperação de empresas (o que seria, até, desejável). Se não acontecer essa retoma económica, o direito privado (família, sucessões, etc.) será o mais penalizado por falta de meios das famílias em recorrer ao conselho do advogado.

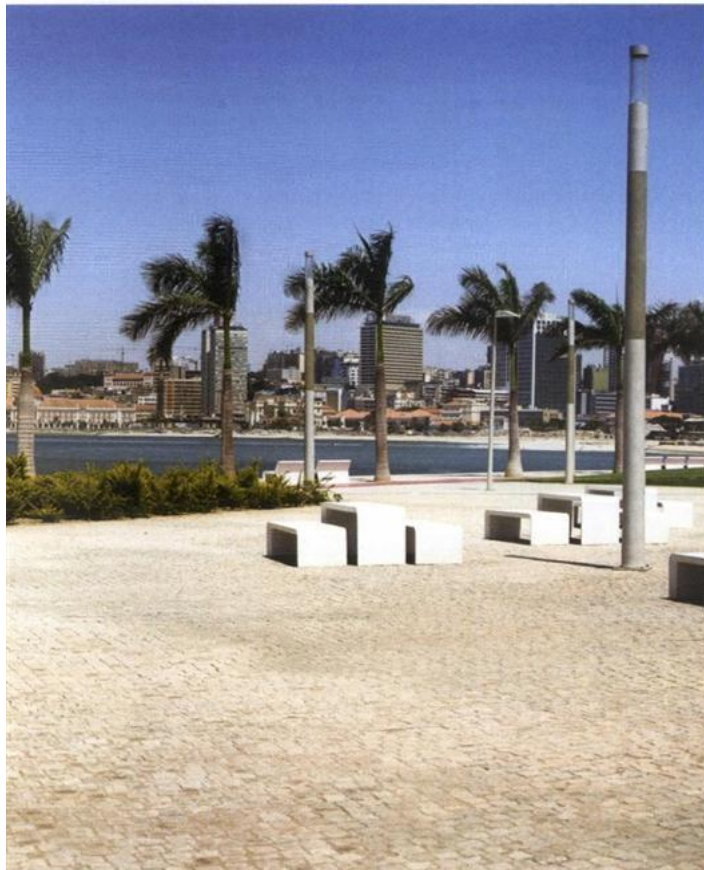


Duarte Vera Jardim

Sócio da JSMS

A actual situação económica do país não permite, como é dado ver, análises demasiado optimistas. O mercado da advocacia terá, necessariamente, que prosseguir o esforço continuado de ajustamento que a todos, em maior ou menor medida, tem vindo a ser exigido.

Não sou daqueles que pensam que a crise aporta muitas e novas oportunidades. Não tomemos a árvore pela floresta. Tenho por certo que a generalidade dos advogados portugueses continuará a sentir dificuldades ao longo do ano de 2015.



Rui Amendoeira

Sócio Executivo da Miranda Alliance

O contencioso, nele se incluindo a arbitragem e toda a espécie de mediação de conflitos, nas diferentes jurisdições, deverá continuar a assumir importância crescente. O mesmo se passa, estou em crer, com o direito do trabalho. Diferentemente, estamos a assistir a uma acentuada diminuição dos processos de insolvência, que no passado recente, como é sabido, atingiram números muito expressivos.

Dividimos a resposta entre o mercado português e o mercado internacional. Em Portugal, projetamos algum crescimento do mercado, sobretudo associado às oportunidades geradas pela existência de vários activos disponíveis em condições de preço atrativas para investidores estrangeiros. A crise económica, e as modificações profundas no tecido empresarial português dos últimos anos, geraram várias oportunidades que estão agora a ser aproveitadas por vários tipos de investidores, desde os mais institucionais aos especulativos. No plano internacional, acreditamos que o ano de 2015 vai ser globalmente positivo, muito por força da alavanca da economia americana e das economias asiáticas. A conjugação de políticas monetárias expansionistas, a recuperação da confiança dos investidores e do consumo, a estabilização na zona Euro, e o facto de existirem grandes recursos financeiros que ainda estão fora do mercado mas que podem entrar progressivamente, são factores que apontam para a continuação da melhoria da economia mundial em 2015, e portanto de um enquadramento favorável para a advocacia.

Pre vemos um crescimento das áreas de fusões e aquisições (M&A) ligadas à revitalização da actividade económica, assim como um aumento do contencioso de diverso tipo (fiscal, civil, comercial, etc.). No plano mais sectorial, esperamos um continuado desenvolvimento dos projectos na área de energia, sobretudo no plano internacional. Não conseguimos identificar nenhuma área em concreto que deva desacelerar no próximo ano.



Nuno Cerejeira Namora

Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados

Acredito que o próximo ano não vai ser muito diferente do ano 2014: vão manter-se as dificuldades e as oportunidades. Importa, portanto, tomar uma atitude pró-activa e enfrentar a crise, fazendo dos problemas oportunidades, transformando o negativo em positivo.

Os tempos de crise também são períodos de desafio e de reflexão. Para tanto, importa ter criatividade e flexibilidade.

Pessoas e empresas têm que emprestar à sua actividade mais esforço, dedicação e adaptarem-se aos novos desafios.

A dimensão empresarial na advocacia cada vez mais é vital. É evidente que há qualidade e excelência nas megas sociedades de advogados e nos advogados em prática isolada. Mas entendo que é "no meio que está a virtude".

Há futuro para qualquer opção mas entendo que cada vez mais o mercado exige sociedades de advogados de tamanho médio, entre 20 e 50 elementos, porque, potencialmente, mais versáteis, criativas, polyvalentes, multidisciplinares e com preços mais competitivos.

Vai crescer a procura no Direito do Ambiente, concorrência, fiscal e trabalho; vai-se manter a procura no crime-fiscal, nas contra-ordenações (transversal a vários ramos, desde o administrativo ao laboral), no contencioso, insolvência e administrativo; vamos assistir a um decréscimo de serviço no bancário, imobiliário, direito público, fusões e aquisições e Arbitragem.

Os mercados lusófonos vão continuar a aparecer no topo da internacionalização, como Brasil, Angola e Moçambique no topo.

A proximidade linguística e cultural, mas também os elevados índices de crescimento são um desafio à abertura de delegações e à implementação de parcerias com escritórios locais.

Menos atractivos mas igualmente com oportunidades de negócios são Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste.



Pedro Raposo

'Managing Partner' da Pedro Raposo & Associados

A crise económica de 2009 (que a Europa ainda sente, especialmente a Europa do sul e a Irlanda) teve um forte impacto no setor dos empréstimos bancários tradicionais, que, durante muitos anos, foi a principal fonte de financiamento dos sectores público e privado.



FÓRUM

A grave crise económica e as dificuldades de tesouraria levaram os empresários a tentar encontrar fontes de financiamento alternativas, além do tradicional mercado de empréstimos bancários, como o microcrédito, obrigações e private equity, moldando assim de uma nova forma as características do seu acompanhamento jurídico. As sociedades tiveram que adaptar-se às novas necessidades das empresas desenvolvendo áreas de prática que até então poderiam ter menos expressão.

Com a previsão de crescimento económico, ainda que tímido, acreditamos que as empresas portuguesas poderão realizar investimentos de expansão ou consolidação no mercado interno ou a nível internacional e, conseqüentemente, verificar-se um aumento em M&A, venture capital e private equity. Mercados como Angola, Moçambique e China têm-se mostrado atrativos do ponto de vista de investimento das empresas nacionais que vêm estes mercados como possíveis potenciadores dos seus negócios.

Por outro lado, e ainda no rescaldo da crise económica, cremos que as áreas de insolvência, reestruturação e laboral vão continuar a ser solicitadas. Todavia, poder-se-ão verificar reestruturações nas, anteriormente reforçadas, equipas de contencioso, uma vez que o ciclo económico das empresas está gradualmente a alterar-se.

Apesar de todo o otimismo, verificamos que, relativamente aos clientes, a tendência ditada pela crise irá manter-se. Ou seja, os clientes estão mais exigentes, mais atentos relativamente à faturação e todos aqueles que negociaram valores, dificilmente irão aceitar uma mudança no padrão já estipulado. Os desafios continuam a ser estar próximo do cliente, ser mais eficiente, ser mais rápido, com taxas de faturação, margens e rentabilidade cada vez mais competitivas.

Tendo todo o panorama económico dos últimos anos em consideração, uma tendência futura para a advocacia e para os escritórios serão o risco e a regulação. As empresas em geral, não só as grandes empresas, sentem a necessidade de estarem melhor preparadas para os seus desafios financeiros assim como de dominarem cada vez melhor as ferramentas de compliance e governance.



Manuel Santos Vítor

'Managing Partner' de PLMJ

Com a retoma da economia em Portugal, as expectativas para o mercado da advocacia são animadoras. Já temos vindo a sentir uma retoma significativa do interesse de grandes grupos estrangeiros por Portugal. É um sinal positivo sendo que o sector da advocacia é um dos primeiros onde se sente o crescimento ou o decréscimo da actividade económica.

Para além das oportunidades criadas pelo programa de privatizações (e estivemos envolvidos em todas as operações desde 2011), tem-se verificado um renovado interesse por parte dos investidores estrangeiros em sectores como o turismo, produção industrial, agro-negócio, imobiliário.

Um renovado clima de confiança e uma visão mais positiva dos mercados, irão contribuir para um aumento da procura de serviços jurídicos por parte das empresas portuguesas e estrangeiras, sem descurar o segmento de mercado das pessoas físicas que constituem uma parte relevante da nossa actividade.

Os mercados externos onde estamos presentes dão sinais consolidados de níveis elevados de crescimento e contamos continuar a progredir em volume de trabalho e negócios nesses mercados.

As áreas de Direito do Trabalho, Contencioso e Arbitragem, Fiscal, mais associadas a períodos de crise, devem continuar a ter um grande volume de trabalho. No entanto, se tivermos em consideração a realidade dos últimos meses, nas áreas associadas a fases de crescimento económico já se começou a sentir maior pressão em termos de volume de trabalho, como M&A (Fusões e Aquisições), mercado de capitais, Private Equity e Imobiliário. Esperamos ter um ano cheio de trabalho e novos desafios.

Aumentámos significativamente a capacidade instalada em Portugal e também nas várias jurisdições onde estamos, respondendo desde já ao acrescido volume de trabalho e antecipando a consolidação desse crescimento.

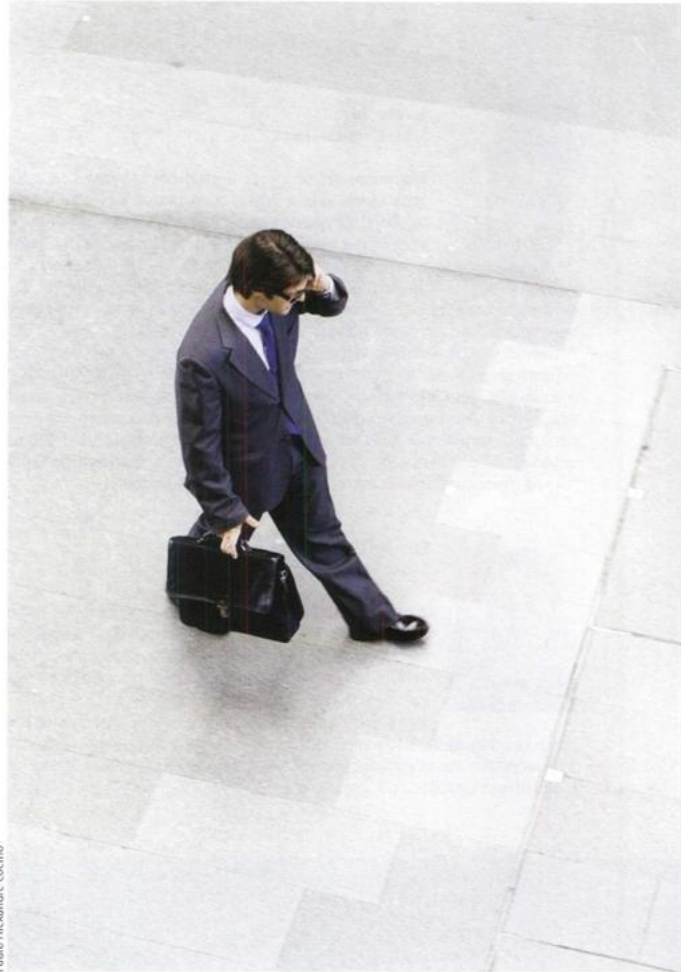


Rogério M. Fernandes Ferreira

Sócio Fundador e 'Managing Partner' da RFF & Associados

Entendo que as previsões económicas para o próximo ano, aliadas a algumas das mais recentes alterações fiscais, possam vir a estimular algum investimento em Portugal. Julgo mesmo que a resenha do actual sistema fiscal português irá contribuir, de forma decisiva, para que Portugal se possa afirmar como plataforma de investimento para a Europa e para os mercados

dos países de língua oficial portuguesa, assim tal seja comunicado institucionalmente de forma adequada nomeadamente pelos escritórios de advogados.



Paulo Alexandre Coelho

Cumpra sublinhar, em particular, uma crescente e relevante procura, por parte de clientes estrangeiros, na obtenção do estatuto de residentes não habituais, nomeadamente de nacionalidade Francesa, para além de obtenção de "golden visas" junto de países terceiros. Julgo também que o novo regime de participation exemption conjugado com a alargada rede de convenções já celebradas por Portugal e com regimes suspensivos de impostos mais ligados ao shipping de mercadorias serão importantes, medidas que potenciarão a área de comércio internacional, os impostos aduaneiros e os impostos sobre o consumo. O contencioso tributário, aqui incluindo, taxas e outros tributos especiais e parafiscais e mercê de pressão para obtenção de receitas adicionais tenderá também a subir enquanto área de actividade profissional durante o ano de 2015.



José Nogueira

Sócio da RSN

O ano de 2015, na minha perspectiva, continuará ainda na linha do ano de 2014, a economia vai continuar bastante estagnada.

Assim áreas como reestruturações, insolvências, bancário, e conflitualidade fiscal continuarão a ser áreas, na minha opinião, de grande actividade.

Por outro lado é notório o regresso à indústria e conseqüente aumento de actividade e projectos nesta área, o que tem criado novas oportunidades, nomeadamente no licenciamento industrial, área da propriedade industrial e direito laboral.

Finalmente a expansão e a ligação aos mercados de Angola e Moçambique claramente são apostas a manter.

O balanço final apresenta-se como um ano que revela grandes potencialidades e desafios, especialmente para um escritório como o nosso que tem o seu ADN nas zonas industriais do Grande Porto, Vale do Ave e Cávado.



Helena Braga Marques

'Managing Partner' da Sá Miranda e Associados

Apesar das perspectivas de crescimento da economia serem moderadas, as expectativas para o nosso mercado, para 2015, são optimistas.

Sustentam-se numa melhoria da situação financeira por parte dos clientes empresariais e dos parceiros estratégicos, nacionais e internacionais, melhoria que temos vindo a acompanhar ao longo deste ano.

Quanto às áreas de prática, antevejo, face à actual imagem da justiça e do conhecimento da real morosidade do sistema, uma contracção, embora pouco acentuada, do contencioso.

Pela actualidade das temáticas abordadas, considero serem áreas com grande margem de crescimento o Direito dos Transportes, o Direito Aeronáutico, a Propriedade Industrial e Intelectual e o Direito Fiscal. No sector público, em face da necessidade de redução de custos do sector, destaco as áreas do Ambiente e Energia, em particular, a Eficiência Energética e a Contratação Pública.



Martim Anahory

Sócio da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Será talvez prematuro dizer-se que os tempos difíceis chegaram ao fim, mas começam a notar-se sinais consistentes de recuperação da economia portuguesa (o indicador de confiança dos consumidores, por exemplo, atinge actualmente máximos de 12 anos). Sendo a advocacia fortemente tributária do desempenho da economia em

geral, há boas e fundadas razões para que se encare 2015 com um optimismo prudente.

É já claramente perceptível um aumento de solicitações em áreas de prática típicas de "tempos de vacas gordas" (Fusões e Aquisições, Projectos, Concorrência e Imobiliário). Em contraponto, sente-se uma diminuição da procura em áreas mais tipicamente relacionadas com tempos de crise (Insolvências, Restituições, Recuperações de Créditos). Áreas 'trendy' como o 'high-tech' e as Ciências da Vida são provavelmente boas apostas para 2015.



Paulo Câmara

'Managing Partner' da Sérvulo & Associados

O desenvolvimento da advocacia acompanha tendencialmente o progresso da economia. Assim, com o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira registam-se crescentemente sinais animadores para a economia nacional. Espera-se que os mesmos continuem a ser materializados com novos projectos domésticos. Porém, o desenvolvimento internacional (sobretudo na África lusófona, Europa e China) continuará certamente a ocupar uma parcela importante da nossa agenda.

Qualquer estimativa séria a este respeito é difícil de apresentar com inteiro rigor. Todavia, é de esperar que em 2015 as áreas de contencioso, fiscal, imobiliário e regulatório atinjam níveis elevados de atividade. Lamentavelmente, o mercado de capitais continuará previsivelmente em estado anémico, sem expectativa de um fluxo significativo de novas entradas em bolsa (IPOs). Aliás, justificar-se-ia plenamente um programa de choque para reanimação do mercado de capitais, tal como as associações do sector o reclamam desde há muito.



José Carlos Soares Machado

Sócio da SRS e Presidente do Círculo de Advogados de Contencioso

A advocacia é um barómetro da economia. Os sinais de recuperação económica não enganam. O ano de 2014 tem mostrado uma tendência de reanimação nos vários sectores de actividade, e percebe-se que não é meramente conjuntural. São indicadores que se apresentam com carácter estável e firme e que nos devem trazer, da habitual tendência muito à portuguesa de profecia da desgraça, para um optimismo moderado e bem consciente de que é apenas um começo.

Esta perspectiva permite-nos prever que 2015 trará certamente um maior número de transacções comerciais, um aumento da criação de empresas e de emprego, e - corolário desse crescimento - um aumento da necessidade de elab-

oração de instrumentos jurídicos e dos litígios potenciados pelos mesmos. Todas as áreas de prática tenderão a crescer. Mesmo a eventual desaceleração em áreas que a saída da crise desfavoreça serão compensadas por outras também provenientes da crise, como o contencioso financeiro e o penal económico.



Henrique Moser

Sócio da Telles de Abreu Advogados

O próximo ano continuará a ser de crescimento, o que não significa necessariamente um crescimento de facturação. O mercado interno está a ser impulsionado por três factores: descalabro do GES, que implicou um aumento significativo de litígios de maior perfil e complexidade; promoção imobiliária - em especial na área da reabilitação urbana - potenciada pelo Regime dos Residentes não Habituais, dos Golden Visa e dos benefícios fiscais que incidem sobre o sector; energias alternativas. Poderemos assistir, ainda, a algumas privatizações, o que contudo não é certo, já que 2015 será um ano de eleições. No mercado externo, as sociedades deverão continuar a apostar na internacionalização.

No que respeita ao crescimento, destacaria as áreas de fusões e aquisições e fiscal. Devemos ter presente que, com o descalabro do GES e a insolvência declarada de várias estruturas internacionais de topo, vão ser colocados, no mercado, inúmeros activos. Já a fiscalidade é uma área cada vez mais complexa e presente no nosso dia-a-dia, requerendo atenção redobrada. Não antevejo que haja uma área específica que esteja a desacelerar. Talvez o direito da concorrência, mas afirmá-lo taxativamente não é possível.

Devo respeitar ao crescimento, destacaria as áreas de fusões e aquisições e fiscal. Devemos ter presente que, com o descalabro do GES e a insolvência declarada de várias estruturas internacionais de topo, vão ser colocados, no mercado, inúmeros activos. Já a fiscalidade é uma área cada vez mais complexa e presente no nosso dia-a-dia, requerendo atenção redobrada. Não antevejo que haja uma área específica que esteja a desacelerar. Talvez o direito da concorrência, mas afirmá-lo taxativamente não é possível.



Francisco Brito e Abreu

Sócio de M&A da Uría Menéndez-Pronça de Carvalho

As perspectivas para o mercado da advocacia em 2015 parecem-me ser relativamente animadoras.

Por um lado, em resultado de várias circunstâncias, registaram-se nos últimos meses várias operações no mercado português que atraíram o interesse de investidores de várias proveniências e de perfis distintos. Este facto levou a um aumento generalizado dos níveis de actividade dos escritórios que se dedicam à advocacia de negócios. É de prever que esta tendência perdure no próximo ano.

Por outro lado, parecendo estar a ser finalmente superada a fase de turbulência que afectou o país a vários níveis nos últimos anos, e confirmando-se as previsões que apontam no sentido de alguma retoma económica, ainda que moderada, já no próximo ano, é de prever que esta melhoria, a registar-se, tenha também um impacto positivo no mercado da advocacia. Actualmente todas as áreas de prática apresentam potencial de crescimento. Ultrapassada este ano uma fase de alguma atonia que afectou o mercado português, o crescimento dos níveis de actividade deverá ser transversal.

No entanto haverá áreas que, tendo sido mais afectadas pelo arrefecimento da economia registado no passado recente, sentem ou sentirão agora provavelmente uma retoma mais acentuada. Será esse o caso das áreas de imobiliário, de financeiro e de fusões e aquisições. Haverá outras áreas em que o nível de actividade manter-se-á previsivelmente alto, mas onde se registará provavelmente alguma alteração relativamente ao tipo de assuntos a serem tratados.



João Vieira de Almeida

'Managing Partner' da Vieira de Almeida & Associados (VdA)

Para o segmento de advocacia em que nos encontramos - e não devemos esquecer que, infelizmente, há diferentes velocidades e oportunidades na profissão - as expectativas são positivas, porquanto é de prever o continuado crescimento da actividade nos sectores de prática em que estamos investidos, sendo que os níveis de actividade não têm uma correlação directa com a saúde da economia.

Depois de um crescimento exponencial nos últimos anos, as áreas mais ligadas à regulação em geral e ao contencioso/reestruturações deverão estabilizar, ainda assim em níveis muito interessantes de actividade, sendo previsível - e aliás já visível - a recuperação forte das práticas inicialmente mais atingidas pela crise, como sejam as de imobiliário e M&A.